

Primeira falha do “pacote”: o efeito psicológico

Não é que o último “pacote” editado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) tenha frustrado as expectativas. Não é bem isso, porque se esperavam medidas duras e vieram medidas duras — para os produtores rurais, industriais, exportadores, pequenas e médias empresas, rentistas e contribuintes. Mas a eficácia desse novo elenco de medidas, não muito bem amarradas entre si, não convenceu ninguém. Nem aos próprios integrantes da cúpula econômica do governo, que anunciavam uma nova ofensiva para efetivamente cortar os gastos públicos.

Antes de entrar na análise de cada uma das medidas tomadas e a sua correlação entre si, o que faremos nos editoriais que serão publicados no decorrer desta semana, devemos ressaltar que, como não ignoram as autoridades monetárias, os resultados de medidas como esta dependem essencialmente de seu efeito psicológico. Nesse sentido, julgamos que o governo arca, desde logo, com o impacto negativo do “pacote”,

tendo perdido uma excelente oportunidade para convocar a Nação para uma mobilização em torno da solução dos grandes problemas que nos afligem.

Em nosso entender, o próprio presidente da República deveria ter tomado a iniciativa de expor para o público, através de uma rede nacional de televisão, o sentido das decisões tomadas pelo governo. Com a força do prestígio de seu cargo e com a sua inegável influência pessoal junto à população brasileira, o presidente poderia dar a um “pacote” a dimensão, não digamos de um projeto nacional, mas pelo menos de um roteiro para que o País possa superar as suas dificuldades.

Os conselheiros do presidente provavelmente o preveniram quanto aos riscos de expor a sua pessoa como o patrono de medidas impopulares. Mas esse argumento seria mais uma evidência de que a alta cúpula do governo não confia nos efeitos que o “pacote” deveria efetivamente surtir e, mais do que isso, poder-se-ia concluir que a alta cúpula do governo

consideraria as medidas muito difíceis de explicar sob o ponto de vista de sua equanimidade social.

Vejamos, por exemplo, a questão tão discutida da “desindexação” ou “desdolarização”, como preferem dizer outros mais sofisticados. Uma medida como esta deveria significar uma redução do nível de rendimentos em toda a economia, ajustando-os a um patamar mais baixo. Se, por exemplo, a correção monetária contivesse um redutor, sendo separada da correção cambial, o patamar da inflação certamente baixaria.

Verificamos, contudo, que para certos ministros da área econômica e técnicos que os assessoram, bem como certas personalidades de reconhecida influência nos círculos decisórios, a desindexação significaria apenas desindexação de salários. Tudo o mais ficaria mais ou menos como está. Realmente, se o governo optasse por uma desindexação desse tipo, seria difícil, muito difícil mesmo, o presidente da República explicar pela televisão a extensão dos

sacrifícios para a grande massa da população, sem uma contrapartida semelhante por parte de setores privilegiados.

E toda a discussão que se travou sobre essa momentosa questão — que encerra, em nosso entender, a chave da porta de saída para o dilema econômico em que nos metemos — trouxe, pelo menos, um resultado positivo. O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, admitiram que a desindexação é um assunto de amplas repercussões sociais e não pode ser colocada em prática a partir de uma decisão tomada entre quatro paredes. O assunto, segundo eles, deveria ser debatido e decidido pelo Congresso Nacional.

Talvez sejamos otimistas demais, mas a nossa expectativa é de que o governo realmente submeta uma proposição nesse sentido ao Congresso e que, depois da tramitação pelas duas Casas, a medida suba à sanção presidencial e o chefe do governo possa anunciá-la à Nação.